



GÁS PARA CRESCER - CT2 TRANSPORTE E ESTOCAGEM

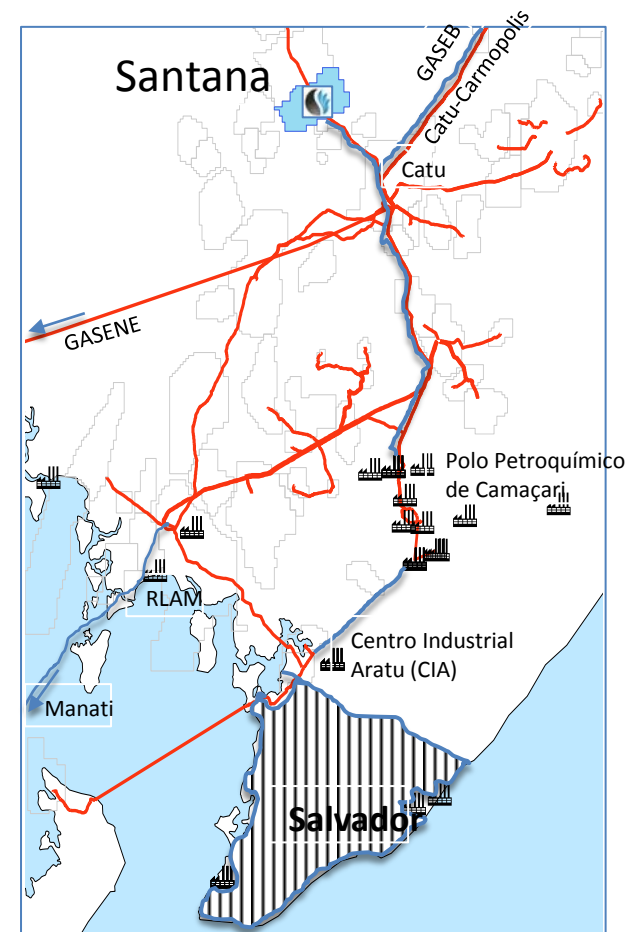
Rio de Janeiro, 17/03/2017

Stogas



O que estamos fazendo - Santana

- **Projeto Santana** – primeiro projeto de estocagem subterrânea de gás natural no Brasil
- **Plano de Desenvolvimento** aprovado pela ANP -> **autorização** para ESGN (campo sob concessão, RANP 17/2015)
- **Localização** – no Campo de Santana, município de Catu/BA. O campo localiza-se a 11km da cidade e a 57 km do Pólo Petroquímico de Camaçari
- **Capacidade** (working gas) – inicial de 60MM m³ expandindo até 160MM m³ em 10 anos
- **Vazão de injeção e retirada** – 2 MM m³/dia. Parâmetro flexível a ser definido conforme demanda dos clientes
- **Interconexão** com rede de gasodutos – Catu e Pólo Petroquímico (a ser definido conforme demanda dos clientes)
- Atualmente em fase de **comercialização**



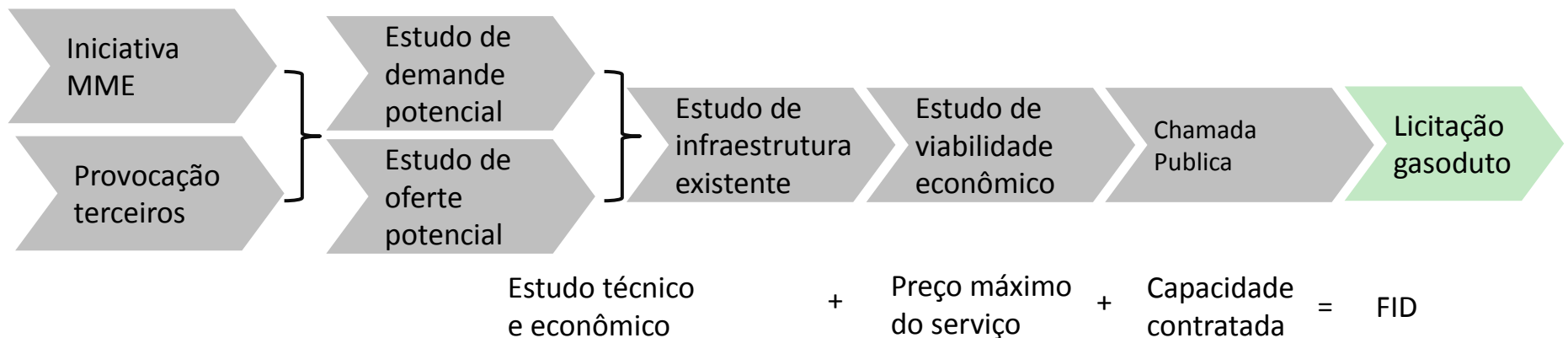
Concessão com licitação?

- Nossa visão: **concessão não é o modelo adequado** para estocagem
- Para a licitação, que precederia a concessão, seriam necessários (entre outros):
 - Volumes e capacidades de injeção e retirada da estocagem definidos
 - Preço de serviço de estocagem definido
- O que requer:
 - Estudos geológicos, técnicos, econômicos detalhados
 - Clientes alinhados/contratados
- Em um projeto de estocagem, essas informações não são estáticas e podem variar conforme se conheça melhor a geologia ou em função de demandas dos clientes, da estratégia de desenvolvimento geológico, ou ainda da tecnologia escolhida

Um modelo de concessão similar ao de gasodutos ou “pre-definido” dificultaria o desenvolvimento desta importante peça de infra-estrutura no Brasil e, ao contrário, um modelo baseado em autorização aceleraria o desenvolvimento da atividade facilitando a identificação de projetos, contratação, etc.

Exemplo: concessão de gasodutos é um processo muito mais linear

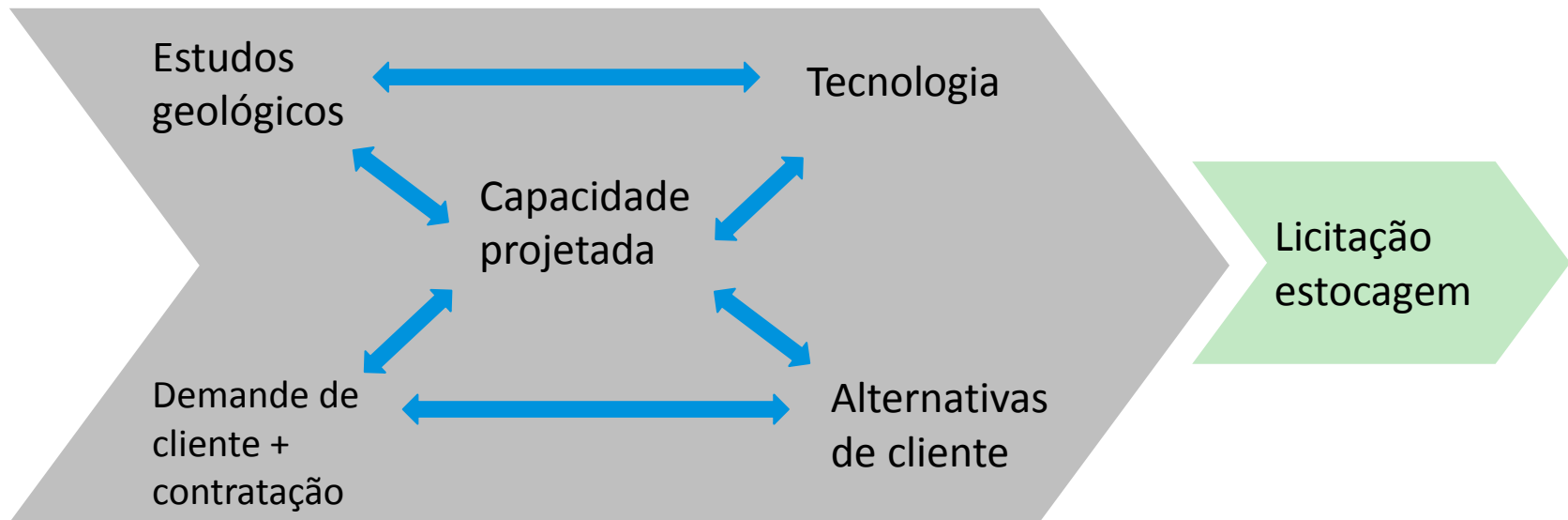
- Dinâmica projeto gasoduto



- Um processo linear
 - Conhecimento geral do tecnologia de gasodutos
 - Conhecimento do produto de transporte de gás natural
- Mesmo assim este modelo gera atrasos para desenvolvimento da infraestrutura de gasodutos

Condições para concessão de estocagem são muito difíceis de serem definidas

- Dinâmica projeto estocagem



- Processo iterativo, envolvendo escolhas tecnológicas e negociações com clientes

Sugestões para incentivar desenvolvimento ESGN no Brasil (1/2)

- Pré-requisito: **Clareza e consistência** no **marco regulatório** para ESGN no Brasil.
 - ESGN no campos de óleo e gás maduros: modelo existente para campos já concedidos. → concessão para E&P e autorização ESGN via PD
 - Outras formações geológicas (depósitos de sal e aquíferos): outorga dos direitos minerários nos moldes atuais do DNPM combinados com autorização da ANP para construção e prestação do serviço.
- Vantagens:
 - Simplificação de implementação
 - Isonomia entre diferentes ESGNs
 - Sem necessidade de fazer uma licitação para ESGN

Sugestões para incentivar desenvolvimento ESGN no Brasil (2/2)

- Liberdade de negociação de preços.
- Acesso livre e competitivo as redes de transporte e distribuição.
- ANP atuando como único regulador para projetos de ESGN.

CAPÍTULO IV

DA ESTOCAGEM E DO ACONDICIONAMENTO DE GÁS NATURAL

Art. 37. A atividade de estocagem de gás natural será exercida por empresa ou consórcio de empresas, desde que constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor, ~~mediante concessão, precedida de licitação, ou~~ autorização.

§ 1º A empresa ou o consórcio de empresas autorizados para o exercício da atividade de estocagem de gás natural não poderão exercer atividades de transporte ou carregamento de gás natural.

Art. 38. O exercício da atividade de estocagem de gás natural em reservatórios de hidrocarbonetos ~~devolvidos à União e em outras formações geológicas não produtoras de hidrocarbonetos será objeto de concessão de uso, precedida de licitação na modalidade de concorrência, nos termos do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será objeto de autorização da ANP expedida ao concessionário do referido reservatório~~ devendo a exploração se dar por conta e risco do concessionário.

§ 1º ~~Caberá ao Ministério de Minas e Energia ou, mediante delegação, à ANP definir as formações geológicas referidas no caput deste artigo que serão objeto de licitação.~~ Reservatórios de hidrocarbonetos devolvidos à União serão concedidos conformes as regras vigentes e caberá ao concessionário propor sua conversão para uso como campo de estocagem de gás.

~~§ 2º A ANP elaborará os editais e promoverá a licitação para concessão das atividades de estocagem de que trata o caput deste artigo.~~

~~§ 3º A ANP, mediante delegação do Ministério de Minas e Energia, celebrará os contratos de concessão para estocagem de gás natural.~~

~~§ 4º Caberá ao Ministério de Minas e Energia, ouvida a ANP, fixar o período de exclusividade que terão os agentes cuja contratação de capacidade de estocagem tenha viabilizado ou contribuído para viabilizar a implementação de instalação de estocagem de que trata o caput deste artigo.~~

§ 25º O gás natural importado ou extraído, nos termos do [art. 26 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), e armazenado em formações geológicas naturais não constitui propriedade da União, conforme o [art. 20 da Constituição Federal](#).

Art. 39. O exercício da atividade de estocagem de gás natural em outras formações geológicas não produtoras de hidrocarbonetos será objeto de autorização da ANP expedida ao detentor de autorização de pesquisa ou concessão de lavra da referida formação devendo a exploração se dar por conta e risco do autorizatório.

§ 1º A ANP articular-se-á com o DNPM e outras agências para adequar a regulação mineral e de aproveitamento de aquíferos salobros a que se refere o caput deste artigo quando for o caso

§ 2º O gás natural importado ou extraído, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e armazenado em formações geológicas naturais não constitui propriedade da União, conforme o art. 20 da Constituição Federal.

~~Art. 39. A ANP disponibilizará aos interessados, de forma onerosa, os dados geológicos relativos às áreas com potencial para estocagem de gás natural, para a análise e confirmação de sua adequação.~~

~~§ 1º A realização das atividades de pesquisas exploratórias não exclusivas necessárias à confirmação da adequação das áreas com potencial para estocagem dependerá de autorização da ANP.~~

~~§ 2º Todos os dados obtidos nas atividades exploratórias de que trata o § 1º deste artigo serão repassados, de forma não onerosa, para a ANP.~~

Art. 40. A estocagem de gás natural em instalação diferente das previstas no art. 38 e 39 desta Lei será autorizada pela ANP, nos termos da legislação pertinente.

Art. 41. A ANP expedirá regulamentação específica para disciplinar a comercialização de armazenamento promovendo a livre concorrência

Art. 421. A atividade de acondicionamento de gás natural será exercida por empresa ou consórcio de empresas, desde que constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor, mediante autorização.

—Art. 432. A ANP regulará o exercício da atividade de acondicionamento para transporte e comercialização de gás natural ao consumidor final por meio de modais alternativos ao dutoviário.

Art. 3º A atividade de transporte de gás natural será exercida por sociedade ou consórcio cuja constituição seja regida pelas leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor, mediante os regimes de:

I - concessão, precedida de licitação; ou

II - autorização.

§ 1º O regime de autorização de que trata o inciso II do **caput** deste artigo aplicar-se-á aos gasodutos de transporte que envolvam acordos internacionais, enquanto o regime de concessão aplicar-se-á a todos os gasodutos de transporte considerados de interesse geral.

§ 2º Caberá ao Ministério de Minas e Energia, ouvida a ANP, fixar o período de exclusividade que terão os carregadores iniciais para exploração da capacidade contratada dos novos gasodutos de transporte.

§ 3º A empresa ou o consórcio de empresas concessionários ou autorizados para o exercício da atividade de transporte de gás natural somente poderão explorar aquelas atividades referidas no [art. 56 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), além das atividades de ~~estocagem~~, transporte de biocombustíveis e construção e operação de terminais.